

DF- economa

O desafio da reforma fiscal

JORNAL DE BRASÍLIA

EDGAR LISBOA

19 JUL 1992

Parecia jogada ensaiada. No mesmo dia em que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmava a um grupo de senadores que a não aprovação da Reforma Fiscal neste ano significaria o caos e a hiperinflação, em Porto Alegre, o coordenador da comissão que elaborou o projeto de reforma, Ary Oswaldo Mattos Filho, dizia a mais de 300 prefeitos, secretários de Fazenda e autoridades municipais de todo o País que o governo não pretende enfiar o projeto de reforma fiscal "goela abaixo" do Congresso, mas que, se ele não for aprovado, o País pode virar um caos.

É difícil saber em que medida o ministro Marcílio, habitualmente discreto e comedido em suas declarações, tenha realmente sido surpreendido pelos parlamentares que o informaram que o projeto do governo, tal como foi encaminhado ao Congresso, tem remotíssimas chances de ser aprovado. A divulgação dos detalhes do projeto, entretanto, colocou aos parlamentares um enigma. Será que o Executivo acredita realmente que pode obter a aprovação do Legislativo, em menos de um semestre e com eleições a caminho, para um projeto que envolve alterações de 37 artigos da Constituição e contraria interesses de diversos segmentos sociais? Ou será que a proposta está repleta de "bodes" — aqueles itens que se sabe não terem chances de ser aceitos, mas são colocados para preservar o que realmente é essencial no momento em que a negociação exigir certos "sacrifícios"?

O "nó da questão", aliás, é precisamente: todos são a favor da reforma fiscal. Só que a reforma fiscal desejada por um é diferente da defendida pelos demais interlocutores. É por isso que, se o governo não agir

com extrema cautela — e os parlamentares também, aliás —, o impasse será inevitável. A situação seria mais simples se já estivéssemos em 93, quando haverá a revisão constitucional.

O problema é que não é possível esperar até lá. O que o governo fez para obter o superávit em suas contas no primeiro semestre não pode ser repetido no segundo. Os riscos de que os sacrifícios feitos até agora se tornem inúteis são demasiado grandes para serem ignorados.

A situação do Distrito Federal é elucidativa quanto à necessidade da reforma fiscal e seus obstáculos. A contenção de gastos federais implicou a retenção de algumas transferências da União no primeiro semestre. Sem a reforma, o aperto será ainda maior, afetando setores como a educação e a segurança. Enquanto a maioria das demais unidades da Federação vê na reforma fiscal uma redução de seus recursos, o Distrito Federal, com 1,8 milhão de habitantes e um PIB de US\$ 6 bilhões, tem um perfil de "consumidor", o que significa que seria beneficiado com um aumento de arrecadação conforme a estrutura tributária que está sendo proposta. Além disso, a simplificação dos impostos facilitaria a redução da sonegação, que aqui é estimada em 50%, e incorporaria, pelo menos em parte, a economia informal ao universo dos contribuintes. Fato nada desprezível considerando-se que estimativas da Secretaria do Trabalho indicam que 40% da população economicamente ativa do Distrito Federal está na economia informal.

■ Edgar Lisboa é diretor-editor do Jornal de Brasília